



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 977, DE 2023

(Do Sr. Delegado Paulo Bilynskyj)

Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para incluir dispositivo que autorize mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial portem arma de fogo.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4426/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

PROJETO DE LEI Nº DE 2023.

(DO SR. PAULO BILYNSKYJ)

Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para incluir dispositivo que autorize mulheres sob medida protetiva decretada por ordem judicial portem arma de fogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para incluir o artigo 10-A na respectiva Lei.

“Artigo 10-A. Compreende-se como efetiva necessidade toda situação em que a vida ou a integridade física do Requerente estejam em risco por ameaça concreta ou potencial consubstanciada, dentre outros, nos seguintes casos:

- a) Requerente vítima de violência doméstica, independentemente do deferimento de medida protetiva de urgência;
- b) Requerente que, em virtude de sua profissão ou ofício, é obrigado a circular por regiões de alta incidência criminosa;
- c) Requerente residente ou cuja profissão ou ofício o faz circular em área rural;
- d) Requerente cuja profissão ou ofício o expõe a risco potencial de ser vítima de crime patrimonial e;
- e) Requerente cuja profissão ou ofício o expõe a risco potencial de ser vítima de crime contra a vida ou integridade física.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

JUSTIFICAÇÃO

Trata de projeto de lei para garantir maior acesso de cidadãos brasileiros, principalmente mulheres, a porte de arma de fogo, a fim de garantir sua segurança.

Atualmente, observa-se que o índice de violência contra mulheres está em crescimento e a cada ano que passa o índice de violência contra elas tem apresentado exponencial aumento.

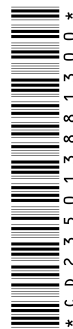
A Carta Magna de 1988 prevê que a segurança é essencial para o efetivo exercício da cidadania dos cidadãos, sendo um direito fundamental dos brasileiros. Em razão disso, é essencial que os cidadãos incluídos no rol disposto nesse projeto de lei passem a ter acesso ao porte de arma de fogo, tal como as mulheres, devido não apenas à violência presente no Estado brasileiro, mas também para garantir o exercício de sua cidadania.

Os planos de segurança pública têm falhado para garantir a segurança de famílias brasileiras, por causa disso esse projeto de lei mostra-se necessário.

Em razão disso, solicito apoio dos nobres pares para esse projeto de lei, a fim de garantirmos maior segurança para os brasileiros.

Sala das Sessões, 08 de março 2023.

Deputado PAULO BILYNSKYJ
(PL/SP)



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 Art. 10A	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-12-22:10826

FIM DO DOCUMENTO